

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Mensagem do Presidente

Em 2020, a pandemia do novo Coronavírus afetou a economia global e refletiu diretamente na utilização dos serviços de transporte público. Mas o Metrô de São Paulo não parou. Pelo contrário, evoluiu.

Nossa meta de não ter obra parada foi atingida e superada com a evolução de novos projetos. Iniciamos as obras de expansão da Linha 2-Verde até Penha e finalizamos a obra bruta da estação Vila Sônia na Linha 4-Amarela, que deve atender aos passageiros em 2021.

Também concluímos o corpo da estação Jardim Colonial na Linha 15-Prata e iniciamos as obras e os projetos para expansão a leste e a oeste. Já na Linha 17-Ouro, retomamos a obra de conclusão da via e de sete estações, e a fabricação dos trens, além de concluir a obra bruta da estação Morumbi.

Terminamos o projeto executivo e iniciamos a licitação para construir um novo túnel de ligação entre as estações Consolação (Linha 2-Verde) e Paulista (Linha 4-Amarela). Já nos planos de expansão, abrimos licitação para o projeto básico da Linha 19-Celeste, que vai ligar o município de Guarulhos ao centro da Capital, e contratamos o projeto funcional da Linha 20-Rosa, que vai conectar os municípios do ABC ao bairro da Lapa. A busca pela excelência na prestação do serviço foi ampliada. Mesmo com a demanda de passageiros 50% menor em relação ao ano anterior, adotamos novas estratégias de operação, prezando pela segurança dos passageiros, mantendo uma alta oferta de

trens circulando e intensificando as ações de limpeza.

O bom resultado é expresso nas pesquisas em que a população identifica o Metrô como um local com menos risco que *shoppings*, lojas e restaurantes. A satisfação dos passageiros também aumentou, com 67% de aprovação ao serviço e 56% de índice de confiança nas medidas de segurança sanitária adotadas.

Tão significativo quanto sua aprovação, foi o balanço líquido de carbono em 2020, apontando que o equivalente a 507 mil toneladas de CO₂ de emissões de gases de efeito estufa foi evitado com a operação do Metrô. A responsabilidade ambiental virou uma marca da empresa, que também gerou inúmeros ganhos sociais, chegando ao valor de R\$ 7 bilhões no último ano, expresso principalmente pela economia de tempo proporcionada aos passageiros do sistema de transporte.

A sustentabilidade econômico-financeira e de gestão também norteia as ações da Companhia e podem ser vistas na modernização administrativa que avançou com a implementação do conceito Gestão 5.0, visando a eficiência.

Adotamos o teletrabalho em caráter permanente para setores administrativos e atuamos para a redução de custos gerenciáveis. Esse modelo vai gerar uma economia de R\$10 milhões ao ano. Implantamos o Metrolab, o laboratório de inovação organizacional, para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e sustentáveis, que promovem a redução de custos.

Adotamos novos processos para o gerenciamento dos ativos que sustentam nosso

serviço. Foram adquiridos novos e modernos equipamentos de manutenção. Também desenvolvemos os *hardwares* e concluímos a instalação da rede de dados do novo Sistema de Monitoramento de Ativos (SMA), que vai cuidar preventivamente da estrutura de operação, aumentando o seu desempenho e reduzindo os custos.

Melhorias importantes também serão percebidas pelos passageiros, com a instalação da versão final do sistema CBTC na Linha 2-Verde para a sinalização e controle de trens de forma mais eficaz e econômica. Estamos finalizando a implantação desse mesmo sistema na Linha 1-Azul e em 2021 vamos concluir na Linha 3-Vermelha.

Nossos segurancas agora utilizam câmeras nos uniformes (*BodyCam*), que ampliam a transparência na atuação. Contratamos o Sistema de Monitoramento Eletrônico (SME3) com recursos de inteligência artificial que aumentará a segurança operacional nas estações, auxiliando também nos cuidados ao patrimônio. Outros equipamentos de monitoramento foram adquiridos, como viaturas e drones.

Os desafios surgidos em 2020 foram enfrentados e se tornaram oportunidade de crescimento, com a convicção de que o caminho trilhado pela Companhia está na direção correta.

Assim como São Paulo, o Metrô também não para!

Silvani Pereira
Diretor-Presidente

Desempenho Econômico-Financeiro

Realizações e Desempenho

Análise Econômico-financeira

O Metrô de São Paulo reportou, no período, prejuízo de R\$ 1.701 milhões, ante R\$ 599 milhões em 2019, aumento de 184% em relação ao período comparativo.

A receita operacional líquida foi de R\$ 1.465 no acumulado de 2020, redução de 48%, comparado a 2019 que alcançou R\$ 2.811.

O principal fator para a redução na receita operacional líquida e que teve reflexo direto no aumento do prejuízo no período foi a redução no volume de passageiro transportado no período, devido as restrições e necessidade de distanciamento imposta pela pandemia da COVID-19.

A principal fonte de recursos da companhia proveniente da atividade operacional é a prestação de serviço de transporte de passageiros, composta por receita tarifária e ressarcimento de gratuidade. Esta representou 90% da receita operacional bruta de 2020.

A receita não tarifária também apresentou diminuição no período comparativo com 2019, alcançando R\$ 167 milhões em 2020, ante R\$ 247 milhões em 2019, também como reflexo na menor atividade comercial imposta pela pandemia da COVID-19.



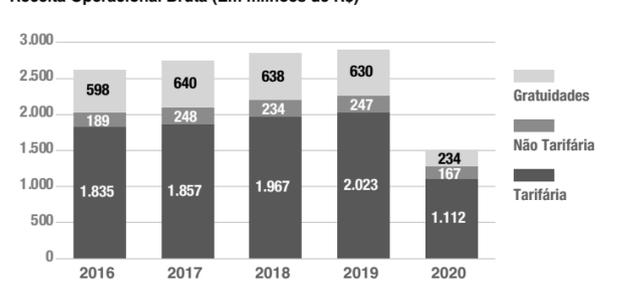
Dados Financeiros

Componentes	2020	2019	Variação 2019 x 2020
Receita líquida	1.465	2.811	(48%)
Passageiros transportados	554	1.098	(50%)
Custos dos serviços prestados (CSP)	(2.342)	(2.469)	(5%)
Lucro bruto	(877)	342	(356%)
Despesas gerais e administrativas, arrecadação e vendas	(1.081)	(954)	13%
Outras despesas/receitas operacionais	245	(35)	800%
Ebitda Ajustado	(1.240)	64	(2.041%)

O Ebitda ajustado reflete a medida econômica de potencial geração de caixa ajustado pelos itens "não recorrentes" e "não caixa", e alcançou (R\$ 1.240) milhões em 2020, ante R\$ 64 milhões em 2019.

Grandes Números

Receita Operacional Bruta (Em milhões de R\$)

Passageiros transportados no sistema de transporte na RMSP 2017, 2018, 2019 e 2020¹

	Passageiros 2017 (milhões)(%)	Passageiros 2018 (milhões)(%)	Passageiros 2019 (milhões)(%)	Passageiros 2020 (milhões)(%)
Transporte sobre trilhos	2.123,1	2.221,9	2.362,0	1.268,2
Metrô de São Paulo	1.095,7	1.092,0	1.098,0	554,4
ViaQuatro ²	199,7	217,0	229,5	110,9
ViaMobilidade ²	-	49,6	166,8	98,3
Trem Metropolitano - CPTM ³	827,7	863,3	867,7	504,6
Transporte sobre pneus	4.319,4	4.163,8	4.004,7	2.367,9
Ônibus Municipal - SPTRANS ⁴	2.864,3	2.798,9	2.636,6	1.562,2
Ônibus Intermunicipal - EMTU ⁵	504,2	505,8	506,9	298,5
Aeroporto e Corredor (Trólebus e Diesel)	80,5	77,6	75,9	50,3
Empresas particulares (serviço comum e seletivo)	423,7	428,2	431,0	248,2
Ônibus - Outros Municípios ⁶	950,9	859,2	861,2	507,2
Total de Transportes	6.442,5	6.385,8	6.366,7	3.636,1

¹ Inclui transferência e gratuitos. Não inclui ônibus escolar e fretamento.

² Fonte: CMCP - Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões.

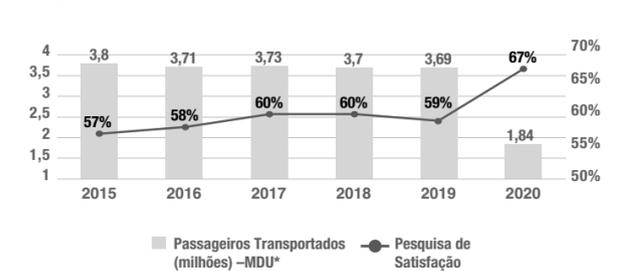
³ Fonte: STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo.

⁴ Fonte: SPTRANS - São Paulo Transportes S.A..

⁵ Fonte: EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - dados estimados de Dezembro/19.

⁶ Estimativa com base nas viagens dos demais municípios na RMSP, em relação às viagens intermunicipais apontadas na Pesquisa Origem Destino 2017.

Rede Metroviária	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Rede Metroviária (Metrô de São Paulo, Via Quatro e Via Mobilidade)							
km de extensão	71,5	77,4	77,4	80,4	96,0	101,1	101,0
nº de estações	68	68	68	71	84	89	89
nº de linhas	6	6	6	6	6	6	6
Linhas operadas pelo Metrô de São Paulo							
km de extensão	66,2	68,5	68,5	71,5	64,7	69,7	69,7
nº de estações	59	61	61	64	58	62	62
nº de linhas	5	5	5	5	4	4	4
Passageiros Transportados pelo Metrô de São Paulo							
Média nos dias úteis (milhão)	3,8	3,8	3,7	3,7	3,7	3,7	1,8
Total anual (bilhão)	1,10	1,12	1,11	1,10	1,09	1,10	0,60

Passageiros Transportados x Índice de Satisfação¹

¹ Média dias úteis.

² Top two box. Corresponde ao somatório dos percentuais das avaliações "Muito Bom" e "Bom".

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos empregados, usuários, acionistas, fornecedores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia do Metrô no ano de 2020. Além disso, confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Disposições Finais

As Demonstrações Financeiras apresentadas seguem as Normas Contábeis Internacionais, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS e com os critérios da legislação societária brasileira, Lei nº 6.404/76.

As Demonstrações Financeiras são parte integrante deste Relatório Integrado e são auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Lei nº 13.303/16. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria. A versão completa do Relatório Integrado 2020 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2020.pdf.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais				Balancos patrimoniais			
Ativo	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	187.320	674.262	Fornecedores	12	413.848	529.976
Títulos e valores mobiliários		8.617	9.017	Impostos e contribuições a recolher	13	52.039	67.325
Contas a receber	5	214.357	294.003	Remunerações e encargos a pagar	14	248.697	330.629
Estoques	6	230.633	225.276	Adiantamento de clientes	15	455.413	412.322
Tributos a recuperar		27.280	37.710	Partes relacionadas	16	25.471	26.664
Outros ativos		32.308	10.373	Outras contas e despesas a pagar		673	3.027
		700.515	1.250.641			1.196.141	1.369.943
Ativos mantidos para venda	3.6	25.201	-	Não circulante			
		725.716	1.250.641	Impostos e contribuições a recolher	13	2.587	-
				Remunerações e encargos a pagar	14	20.698	36.527
				Adiantamento de clientes	15	141.909	118.842
				Plano de previdência complementar	17.3	218.415	90.227
				Provisão para processos judiciais	18	1.389.930	837.469
				Partes relacionadas	16	226.662	230.537
				Outras contas e despesas a pagar		3.133	3.133
						2.003.334	1.316.735
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19.2	41.726.180	40.010.915
				Ações em tesouraria		(16)	(16)
				Ajustes de avaliação patrimonial		(75.068)	43.271
				Prejuízos acumulados		(8.610.232)	(6.908.892)
						33.040.864	33.145.278
						36.240.339	35.831.956
Total do ativo		36.240.339	35.831.956	Total do passivo e patrimônio líquido		36.240.339	35.831.956

Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.516.495	(16)	(68.397)	(6.309.476)	32.138.606
Prejuízo do exercício	-	-	-	(599.416)	(599.416)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	867	-	867
Ganho atuarial	-	-	146.036	-	146.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(35.235)	-	(35.235)
Redução de capital	(648.307)	-	-	-	(648.307)
Integralização de capital	2.142.727	-	-	-	2.142.727
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.010.915	(16)	43.271	(6.908.892)	33.145.278
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.701.340)	(1.701.340)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	(400)	-	(400)
Perda atuarial	-	-	(117.939)	-	(117.939)
Integralização de capital	1.715.265	-	-	-	1.715.265
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.726.180	(16)	(75.068)	(8.610.232)	33.040.864

Demonstrações dos valores adicionados

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
Receitas			Empregados		
Receita de prestação de serviços e outras	1.511.159	2.984.016	Remuneração e encargos sociais	1.436.510	1.634.450
Outras receitas	188.028	(9.538)	Honorário da Diretoria e Conselhos	2.862	2.733
Constituição/(reversão) de perda de crédito esperada, líquida	52.819	(28.750)	Programa de Participação nos Resultados - pagamento (Reversão)	(7.344)	50.870
	1.752.006	2.945.729	Pagamento de pensão	40.179	54.323
				1.472.207	1.742.376
Insumos adquiridos de terceiros			Impostos, taxas e contribuições		
Matérias-primas consumidas	(402.856)	(396.719)	Federais	157.629	219.058
Custos dos serviços prestados	(712.554)	(461.582)	Estaduais	113	106
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.236)	(142.961)	Municipais	23.373	48.026
Perdas com ativos	(1.119.646)	(1.001.263)		181.115	267.190
	632.360	1.944.466	Remuneração de capitais de terceiros		
Depreciação e amortização	(683.302)	(578.858)	Juros e variações monetárias	8.804	5.782
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(50.942)	1.365.608	Aluguéis	20.486	23.820
				29.290	29.602
Valor adicionado recebido em transferência			Remuneração de capitais próprios		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	2.109	208	Prejuízo do exercício	(1.701.340)	(599.416)
Receitas financeiras	30.105	73.935		(1.701.340)	(599.416)
	32.214	74.144	Valor adicionado total distribuído	(18.728)	1.439.752
Valor adicionado total a distribuir	(18.728)	1.439.752			

Demonstrações de resultados

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	20	1.465.125	2.811.170
Custo dos serviços prestados	21	(2.341.730)	(2.46



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia do Metrô de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo - SP, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,30% das ações ordinárias. A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo, a Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo - RMSPP;
- A construção e implantação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 - Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 - Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 - Vermelha (Corinthians-Itaquera - Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 - Prata (Vila Prudente - São Mateus). Estas linhas, conjuntamente, cobrem 69,7 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 1,8 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis em 2020.

Linha 4 - Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada (São Paulo-Morumbi - Luz) pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040.

Linha 5 - Lilás: em 04 de agosto de 2018 passou a ser operada pelo Consórcio Via Mobilidade (Capão Redondo - Chácara Klabin). O contrato tem vigência de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038, contemplando sua gestão, manutenção e implantação de melhorias. Assim, o consórcio iniciou a operação dos serviços públicos de transporte de passageiros do trecho entre as estações Capão Redondo e Chácara Klabin, além do pátio de manutenção e estacionamento Guido Caloi. A Linha 5 - Lilás faz integração com a Linha 1 - Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 - Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 - Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo, com previsão de demanda estimada de 800 mil novos passageiros por dia em operação comercial regular.

Adicionalmente, estão em construção, a extensão da Linha 15 - Prata (trecho São Mateus - Jardim Colonial) e Linha 17 - Ouro (trecho Jd. Aeroporto - Congonhas - Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em monotrilhos, além da extensão da Linha 4 - Amarela (Vila Sônia e Pátio Vila Sônia).

Entre os principais eventos ocorridos em 2020 e 2019 destacamos:

- Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte
Em 27 de dezembro de 2019, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através da Resolução nº 64/19 reajustou, a partir de 01 de janeiro de 2020, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 4,30 para R\$ 4,40, um aumento de 2,33%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia: Bilhetes Exklusivos, Integrados e Temporais.
- Apoio as linhas concedidas
Durante o ano de 2020, o Governo do Estado de São Paulo - GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 16.923 de 07/01/2019, bem como pelo Decreto nº 64.726 de 27/12/2019, no montante de R\$ 169.500 como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP da Linha 4 - Amarela, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto da concessão desta linha no sistema de arrecadação.
- Impactos financeiros gerados pela pandemia da COVID-19
Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde "OMS" declarou situação de pandemia mundial em decorrência da velocidade de propagação da contaminação pelo novo coronavírus ("COVID-19"), causando impactos financeiros generalizados em escala universal.

Neste contexto, o decreto 64.879 de 20 de março de 2020 publicado pelo Governo do Estado de São Paulo reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo. Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, com medidas para tentar reduzir a velocidade de propagação e disseminação da doença, dentre elas: a recomendação de distanciamento social, restrições para funcionamento de escritórios, serviços não essenciais, comércio, shoppings centers, escolas, dentre outras atividades econômicas. Dentre as medidas adotadas no Estado, a restrição da circulação da população resultou em queda da arrecadação dos serviços de transporte, bem como na redução significativa da receita não tarifária. Como resultado, a Companhia chegou a registrar uma queda de arrecadação na ordem de aproximadamente 80% quando comparado com o cenário antes da deflagração da situação de pandemia.

Em 1º de junho de 2020, começou a funcionar o Plano São Paulo que consiste na retomada gradativa dos setores da economia, através da subdivisão do estado em 17 Departamentos Regionais de Saúde, os quais foram categorizados segundo uma escala de cinco níveis de abertura econômica cuja progressão é avaliada e redefinida periodicamente, com base em indicadores da saúde. Tal avanço foi de extrema importância para a retomada gradual dos níveis de arrecadação que, embora ainda não esteja apresentando os níveis compatíveis com a necessidade da Companhia, proporcionou recuperação parcial das perdas.

O volume de passageiros transportados na rede em 2020 foi menor em 49,6%, em comparação com o período que antecede a pandemia. Em 2020 foram transportados 554 milhões de passageiros, enquanto que em 2019 foram transportados 1,1 bilhões de passageiros. A média de passageiros transportados em dias úteis foi de 1,84 milhões em 2020 e de 3,69 milhões em 2019, apresentando redução de 50,1%.

Para enfrentar esse cenário desafiador, a Companhia vem atuando ativamente no sentido de: buscar iniciativas de arrecadação, monitorar atentamente a evolução da recuperação da demanda por transporte de passageiros, estabelecer estratégias financeiras e operacionais alinhadas com as necessidades e capacidade da Companhia, sempre buscando minimizar os impactos na entrega do serviço à Sociedade.

Entre outras ações, as seguintes medidas foram tomadas pela Companhia:

- A Companhia vem promovendo ações de controle rigorosas para garantir o fluxo mínimo de pagamentos necessários visando a manutenção de suas atividades operacionais e empenha todos os esforços necessários para minimizar os impactos que podem ser refletidos na prestação de serviços aos seus clientes;
 - A Companhia tem atuado fortemente no corte de despesas e na renegociação de contratos de determinados serviços;
 - A Companhia adotou o teletrabalho permanente para alguns setores administrativos e planeja a entrega de imóveis corporativos, bem como a venda de um edifício próprio que possui valor significativo; e
 - A Companhia tem intensificado as ações que visam o incremento de receitas não tarifárias.
- A Companhia estima a recuperação parcial do volume de passageiros transportados ao longo do exercício de 2021, a depender de questões que envolvem, dentre outros fatores, a imunização da maior parte da população da região metropolitana.

Desta forma, caso o cenário de queda na arrecadação se mantenha de forma prolongada, a ausência de outras fontes de recursos para a liquidação de obrigações operacionais da Companhia poderia resultar na necessidade de recursos financeiros por parte de seu acionista controlador (GESP), podendo levar a Companhia a uma situação de dependência. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 470.425, apurou prejuízo de R\$ 1.701.340 e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 559.269.

1.1 Contexto societário

- Aporte de capital em moeda
Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o ciclo de aportes de capital em moeda de 2020 pelo GESP, sendo subscritos e integralizados R\$ 1.131.959.
- Aporte de capital em Bens - Aporte de trens e sobressalentes
Em 09 de dezembro de 2020, foram subscritos e integralizados no capital R\$ 583.306, correspondentes a 126.404 ações, referentes à incorporação dos 26 trens e sobressalentes adquiridos pelo GESP por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e em utilização na Linha 5 - Lilás.

A sede oficial da Companhia está localizada na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, Centro, São Paulo, Brasil.

Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

- Cartel do setor Metroferroviário.
Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 - Lilás e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2 - Verde. A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente.

A Procuradoria do Estado, o Metrô e a CPTM analisam a repercussão da decisão do CADE, bem como eventuais providências a serem adotadas no processo judicial.

Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 31 de dezembro de 2020, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas.

- Cartel de Empreiteiras - Operação Lava Jato.
Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. A apuração tramita perante a Superintendência geral da autarquia e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto aquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal - MPF, objeto de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato. O suposto esquema envolvia cinco empresas principais ("G-5"): Construção e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A. com autorização para operar o equipamento "Shield", comumente conhecido como "Tatuzão", utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se tornarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 - Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Há uma ação civil pública de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda são cabíveis recursos pelas empresas. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 - Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

A Companhia do Metrô, em janeiro de 2021, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A. e Construtora OAS Ltda., no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

- Impactos decorrentes de delação premiada - Operação Lava Jato
Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firma acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para confissão de recebimento de propina durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6,6 milhões a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato do processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação - Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do contiuo havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 - Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. A Companhia e o GESP não foram intimados para a referida ação.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance* e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

Sistema de bilhetagem do Bilhete Único - BU:

A Companhia, na condição de participante do Convênio do Sistema Bilhete Único - BU, gerido pela SPTrans, é parte integrante do Comitê Gestor de Integração - CGI.

O Comitê Gestor de Integração é formado por 4 representantes da SPTrans, 1 representante de cada partícipe que são: Metrô, CPTM, Vem ABC, ViaQuatro, Move São Paulo, ViaMobilidade, além de 2 representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT e finalmente por 1 representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM. A Companhia do Metrô, de forma independente ao CGI notificou extra judicialmente a SPTrans sobre eventuais desvios de valores na arrecadação do sistema BU.

O CGI deliberou pela realização de auditoria financeira independente e na qualidade de partícipe do convênio, a Companhia do Metrô realizou a contratação em nome do CGI. A referida contratação foi encerrada, em 2020, sem o cumprimento de seu escopo por indisponibilidade dos dados pela SPTrans, empresa municipal proprietária e gerenciadora do Sistema de Bilhetagem do BU.

Associação de Apoio de Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo ("ABASP"):

Em 18 de julho de 2019, a Companhia se tornou membro especial da ABASP, entidade privada que tem como objetivo

principal a operação de um novo sistema de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros. Dentre os principais objetivos da ABASP, destacam-se a modernização do sistema de arrecadação nas bilheterias da Companhia como o aplicativo "Top", desenvolvido para compra de créditos eletrônicos pelo método "QR-Code", visando a substituição do bilhete Edmonson. Na condição de membro especial, a Companhia possui direito a voto e veto sobre as principais decisões no âmbito da Associação, permitindo uma participação de forma ativa no processo de padronização e uniformização da proposta que envolve um novo sistema de bilhetagem e arrecadação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2021.

A Companhia afirma que todos os fatos relevantes próprios das demonstrações financeiras, e somente eles, os quais correspondem aos utilizados pela Administração da Companhia em sua gestão estão sendo evidenciados.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
 - Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas pelo Metrô na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original inferior ou igual a 90 dias a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros poderão ser compensados e o valor líquido residual, se houver reportado no balanço patrimonial na posição final de direito ou obrigação.

b) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) ao valor justo por meio do resultado, ii) custo amortizado e iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende do modelo de negócio para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, quando aplicável, mantendo assim a posição financeira líquida:

- Valor justo por meio do resultado é composto por ativos financeiros e aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em "receitas financeiras" ou "despesas financeiras", dependendo do resultado.
- Custo amortizado é composto pelos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio para: (a) receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (b) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto ("SPPJ").

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes é composto por ações negociadas em Bolsa de Valores (B3).

3.3 Contas a receber

O contas a receber de clientes é registrado líquido de perdas de crédito esperadas no momento de geração da receita com base na utilização dos serviços de transporte de passageiros ou no momento do reconhecimento da venda de ativos, locações de espaços, participação em empreendimentos imobiliários, ressarcimento de valores ou advindos de outras operações comerciais de prestação de serviços adjacentes à operação de transporte.

A Companhia constitui perdas de crédito esperadas sobre os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração de forma a fazer frente a eventuais perdas.

As perdas de crédito esperadas são avaliadas com base na NBC TG 48 - "Instrumentos Financeiros", e prevê que os recebíveis comerciais sejam mensurados através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato e não mais com base na perda histórica incorrida, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

3.4 Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perda por obsolescência, constituídas para cobrir eventuais perdas identificadas ou estimadas pela Administração.

A Companhia avalia continuamente se um estoque está obsoleto, e considera nesta avaliação entre outros fatores, a introdução de novas tecnologias, materiais e funcionalidades que podem resultar na obsolescência de matérias.

3.5 Investimentos

Os investimentos correspondem aos terrenos e imóveis para investimento e obras de arte. Os terrenos para investimento foram adquiridos inicialmente para as obras de expansão da rede metroviária, e são classificados como investimentos se o propósito e utilização da Companhia resultar em valorização do capital ou recebimentos de rendas por locação. As obras de arte referem-se as obras doadas para o Metrô pelos artistas e se encontram expostas nas estações.

Os investimentos são contabilizados pelo método de custo, incluindo os custos de transação incorridos no reconhecimento inicial do ativo.

3.6 Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda. Para a companhia, a condição para a classificação como ativo mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração ou o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como mantido para venda. Para os casos em que não houver o cumprimento do prazo de venda de até 12 meses, devido a acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda são compostos principalmente por terrenos e imóveis, são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

3.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando incorridas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Durante o processo de constituição de um ativo, os valores gastos são alocados na rubrica imobilizado em andamento de acordo com suas respectivas categorias. Quando o ativo está concluído e inicia-se o uso, com a cobrança de tarifa, os valores são reclassificados para a linha de imobilizado em uso e depreciados de acordo com a vida útil.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil residual de ativos substituídos é baixado.

Os gastos com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, uma vez que não possuem características que permitam sua capitalização.

Os bens do ativo imobilizado, com exceção de terrenos, são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada para cada grupo de ativos, incluindo os ativos concedidos à iniciativa privada das linhas 4 - Amarela e 5 - Lilás.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

Os ganhos e perdas oriundos de alienações são determinados pela diferença entre o valor da venda e o saldo residual contábil e, quando incorridos, são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final do contrato ou a vida útil econômica do ativo, dos dois o menor.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas, quando incorridos, na demonstração de resultados.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - *impairment*

Os bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de vendas de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável de sua UGC, representada pelo principal ativo da Companhia, a malha metroferroviária.

A avaliação anual do teste do valor recuperável do imobilizado é demonstrada na Nota Explicativa Nº 10, eventuais perdas do valor recuperável são reconhecidas na conta de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, no resultado do exercício.

3.10 Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações assumidas por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.11 Provisão para contencioso judicial e administrativo e passivos contingentes

Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, o registro tem como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) - corrente e diferido

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

- Imposto de renda e contribuição social corrente
Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

- Imposto de renda e contribuição social diferido
O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

3.13 Remuneração e encargos sociais

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.14 Benefícios a empregados**i) Programa de participação nos resultados - PPR**

A Companhia possui programa de participação nos resultados baseado em metas a serem atingidas corporativamente, nos quais os valores são estimados com base nos montantes previstos no programa para cada faixa profissional. Os valores são provisionados no resultado do exercício de acordo com o montante previsto para liquidação da obrigação pela Companhia.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo concedidos aos seus administradores ou colaboradores.

ii) Plano de Demissão Voluntária - PDV

A Companhia possui Plano de Demissão Voluntária - PDV cuja estrutura prevê benefício adicional de assistência médico-hospitalar por um período determinado de até 4 anos, dependendo do tempo de trabalho do empregado na Companhia, e um adicional de aviso prévio indenizado de 5 dias por ano trabalhado. As inscrições para o plano ativo encontram-se encerradas desde março de 2019. No período findo em 31 de dezembro de 2020, não houve abertura de novas fases do plano.

Os montantes previstos para fazer frente aos serviços de assistência médico-hospitalar deste programa são provisionados no momento do desligamento dos colaboradores que aderiram ao plano, visto que neste momento é atendido os requisitos legais que resulta na obrigação não cancelável da Companhia para atendimento da obrigação.

iii) Previdência complementar (Plano de Previdência Privada)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos são provisionados com base em cálculo atuarial ao final de cada exercício, efetuado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

A Companhia reconhece no passivo atuarial o valor correspondente ao cumprimento de sua obrigação com o plano, na extensão de sua obrigação contributiva, que representa 50% do total do passivo do plano a ser equacionado na data base finda em 31 de dezembro de 2020.

• Plano I - Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pelo Metrô - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os dispêndios líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, em despesas operacionais e despesas financeiras, respectivamente e ii) mensurações referentes a ganhos ou perdas atuariais, em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido.

Este plano está fechado para novas adesões na Companhia.

• Plano II - Contribuição definida

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, por ela patrocinado, administrados pelo Metrô - Instituto de Seguridade Social, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.15 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício. A Companhia destina para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, o montante de subvenção e assistência governamental reconhecidos quando é apurado lucro contábil no respectivo exercício.

3.16 Receita de contratos com clientes

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal dos negócios, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de transporte de passageiros e outros serviços adjacentes.

A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

A apresentação da receita é efetuada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

i) Receita tarifária

A Companhia presta serviços de transporte metroviário, sendo as respectivas receitas reconhecidas no momento da utilização do serviço pelo passageiro, ou seja, em momento específico.

ii) Receita não tarifária

A Companhia presta serviços adjacentes ao transporte metroviário, tais como, locação de espaços, ações de publicidade e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários junto aos espaços metroviários, além da prestação de outros serviços especializados e consultorias. As receitas estão baseadas em contratos assinados e são reconhecidas a medida em que são satisfeitas as obrigações de desempenho que podem ser em momento específico ou ao longo do tempo.

iii) Receita com gratuidades

A Companhia presta serviços de transporte metroviário de forma gratuita atendendo a dispositivos da política pública de transporte de passageiros implementada na Região Metropolitana de São Paulo, os quais são reconhecidos pela utilização, os valores apurados são ressarcidos pelo GESP.

3.17 Transações com partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, a política orienta quanto a realização de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia.

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança e políticas corporativas adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação vigente.

As principais partes relacionadas a Companhia são os acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

3.18 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de gerar ajustes materiais estão apresentadas a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, quando disponível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

ii) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida pela Companhia considerando o prazo de geração de benefícios econômicos dos ativos, com base na experiência e laudos internos dos empreendimentos de construção metroviário - estações e túneis, no nível de operação das linhas e frota de trens e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. A vida útil dos ativos intangíveis de vida útil definida é embasada na avaliação da Companhia quanto a geração dos benefícios econômicos futuros, na experiência de negócios e nas determinações contratuais.

iii) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de seus negócios, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos.

iv) Passivo atuarial

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes a planos de aposentadoria e pensão. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais, as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos de serviços, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

3.19 Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020**i) Estrutura Conceitual (NBC TG Estrutura conceitual): as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não trazem impactos para a Companhia.****ii) Alterações na IFRS 16- Arrendamentos (NBC TG 06 (R3): expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as permissões feitas ao arrendamento devido a pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. Não houve impactos deste expediente prático para a Companhia.****iii) Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase I - Alterações na IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC- 48) e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (NBC TG 40) - Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado - IBOR (Interbank Offered Rate), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de hedge accounting. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Não foram identificados impactos para a Companhia. Não há outras normas ou interpretações com impacto na operação da Companhia cuja aplicação inicia-se em períodos futuros.****4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos - custeio	10.267	13.405
Caixa e bancos - investimento	3.938	662
Total de caixa e bancos	14.205	14.067
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	77.276	154.498
Aplicações - investimento	95.839	505.697
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	173.115	660.195
Total de custeio	87.543	167.903
Total de investimento	99.777	506.359
Total de caixa e equivalentes de caixa	187.320	674.262

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda - SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média é de 63,44% do CDI. (98,54% em 31 de dezembro de 2019).

5. Contas a Receber**5.1 Contas a receber, líquidos**

	31/12/2020	31/12/2019
Terceiros	263.368	307.034
Comissionados ^(a)	2.970	6.714
Partes relacionadas		
Governo do Estado de São Paulo ^(b)	172.535	255.197
	438.873	568.945
Perda de crédito esperada	(221.322)	(274.140)
Total do contas a receber, líquido	217.551	294.805
Total - circulante	214.357	294.003
Total - não circulante	3.194	802

^(a) Representa o montante a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP ou a entidades públicas.

^(b) GESP e Metrô celebraram entre si, em 30 de outubro de 2015, Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas responsáveis pela operação da linha 4 e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

5.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
Circulante e não circulante						
A vencer	198.141	(492)	197.649	279.290	(1.475)	277.815
Vencidos até 30 dias	6.811	(962)	5.849	9.076	(5.215)	3.861
Vencidos de 31 até 60 dias	5.215	(3.694)	1.521	11.766	(1.764)	10.002
Vencidos de 61 até 90 dias	10.044	(2.824)	7.220	2.186	(1.719)	467
Vencidos de 91 até 180 dias	9.554	(4.242)	5.312	14.245	(11.912)	2.333
Vencidos de 181 até 360 dias	11.347	(11.347)	-	21.759	(21.451)	308
Vencidos superiores a 360 dias	197.761	(197.761)	-	230.623	(230.604)	19
Total	438.873	(221.322)	217.551	568.945	(274.140)	294.805
Total - circulante	435.679	(221.322)	214.357	568.143	(274.140)	294.003
Total - não circulante	3.194	-	3.194	802	-	802

A Companhia estima a perda esperada para as operações de crédito através da aplicação da abordagem simplificada prevista no CPC - 48 Instrumentos Financeiros (NBC TG 48), por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

5.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	(274.140)	(245.390)
Adições / reversões	50.519	(43.529)
Créditos baixados definitivamente da posição	2.299	14.779
Total	(221.322)	(274.140)

6. Estoques

	31/12/2020	31/12/2019
Material de uso comum e administrativo	7.156	7.253
Material de reposição	154.387	159.253
Material de consumo geral e manutenção	36.683	34.602
Material em poder de terceiros ^(a)	31.176	23.747
Outros	1.856	895
(-) Materiais obsoletos	(625)	(474)
Total	230.633	225.276

^(a) Trata-se de materiais enviados para terceiros a título de reparos, beneficiamento, testes, empréstimos etc. Deste total, o montante de R\$ 29.741 encontra-se em poder da Via Mobilidade para a operacionalização da Linha 5 - Liliás.

6.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	(474)	-
Adições	(784)	(4.862)
Reversões	633	4.388
Total	(625)	(474)

Não foram disponibilizados itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

7. Depósitos judiciais

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	59.456	74.587
Cíveis	37.049	47.146
Tributários e previdenciários	79.571	81.670
Outros depósitos	1.078	1.344
Total	177.154	204.747

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota 26 - Cobertura de Seguros. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 92.545.

8. Investimentos

	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos para investimentos - saldo inicial	14.760	873
Adições	35.349	13.942
Transferência para ativos mantidos para venda ^(a)	(40.720)	(55)
Total	9.389	14.760
Obras de arte	5.114	5.114
Total	14.503	19.874

^(a) Refere-se a transferências realizadas no período para a rubrica Ativos mantidos para venda.

9. Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência complementar dos administradores são apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Administradores		
Remuneração	4.093	4.060
Participação nos resultados - PPR	9	46
Encargos sociais	540	577
Benefícios	218	238
Previdência complementar	38	67
Total no período	4.898	4.988
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	10	11
Conselho Fiscal - efetivos	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	3	3
Diretoria Executiva	6	6

O maior honorário atribuído a dirigente em 31 de dezembro de 2020, em consonância a Lei nº 8.852/94, corresponde a R\$ 21.939,31 para diretor estatutário (parecer do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC nº 001/2019) e a R\$ 30.792,52 para diretor não estatutário.

10. Imobilizado**10.1 Composição**

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências ^(d)	31/12/2020
Custo						
Obras civis ^(a)		18.813.013	16.879	(3.256)	1.546.535	20.373.171
Sistemas ^(b)		10.097.182	619.372	-	461.318	11.177.872
Terrenos ^(c)		2.625.097	43.483	(46.622)	105.837	2.727.795
Terrenos em andamento ^(d)		7.169.481	865.287	(1.408)	(1.911.863)	6.121.497
Adiantamentos ^(d)		439.812	150.228	-	(201.827)	388.213
Total		39.144.585	1.695.249	(51.286)	-	40.788.548
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(2.610.827)	(279.998)	3.080	-	(2.887.744)
Sistemas ^(b)	2,90%	(2.230.811)	(383.907)	-	-	(2.614.718)
Total		(4.841.638)	(663.905)	3.080	-	(5.502.463)
Total imobilizado		34.302.947	1.031.344	(48.206)	-	35.286.085

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) Do montante de R\$ 46.622 apresentado na rubrica de baixas, R\$ 35.349 refere-se a terrenos reclassificados para investimentos, conforme a nota explicativa nº 8.

^(d) As principais movimentações em transferências no período foram: (i) R\$ 1.083.346 alocações de itens envolvidos na transação de permuta de ativos com a CPTM, aprovadas em Assembleia de Acionistas datada de 19 de dezembro de 2019; (ii) R\$ 749.216 refere-se a imobilização do pátio de manobras Guido Caloi - Linha 5 Liliás; (iii) R\$ 171.701 refere-se a imobilização das estações Sapopemba, Fazenda da Juta e São Mateus - Linha 15 Prata, e

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível				
11.1 Ativos intangíveis com vida útil definida				
	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
	20% a.a.			
Softwares				
Custo de Aquisição		100.013	139	100.152
Amortização		(47.068)	(19.397)	(66.465)
Total do intangível		52.945	(19.258)	33.687

12. Fornecedores		31/12/2020	31/12/2019
Terceiros nacionais			
Empreiteiras - obras civis		134.065	221.415
Fornecedores de sistemas		160.218	126.318
Prestação de serviços		72.041	146.325
Energia elétrica		6.587	8.095
Outros		40.823	27.803
Fornecedores nacionais		413.734	529.956
Fornecedores internacionais		114	20
Total		413.848	529.976

13. Impostos e contribuições a recolher		31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB		2.713	4.057
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação		17.523	19.321
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		35	2.082
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		28.202	31.515
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços		2.119	2.404
Parcelamentos tributários		934	-
Outros impostos e contribuições ^(a)		513	7.946
Total		52.039	67.325
Não circulante			
Parcelamentos tributários		2.587	-
Total		2.587	-
Total geral		54.626	67.325

^(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

14. Remunerações e encargos a pagar		31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar		7.413	41.643
Encargos sociais		57.986	68.417
Parcelamentos previdenciários		1.792	2.785
Férias		125.094	118.338
Programa de demissão voluntária - PDV		47.298	71.542
Participação no resultado - PPR		26.296	58.911
Outros valores a pagar ^(a)		3.516	5.520
Total - circulante		269.395	367.156
Total - não circulante		248.697	330.629
Total de remunerações e encargos a pagar		20.698	36.527
Total		269.395	367.156

^(a) Inclui: Verbas rescisórias e pensões judiciais.

15. Adiantamento de clientes		31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Créditos em poder do passageiro ^(a)		449.599	404.055
Locações a apropriar		1.220	3.125
Centros comerciais		3.898	3.898
Outros		696	1.244
Total		455.413	412.322
Não circulante			
Centros comerciais		131.398	107.964
Outros		10.511	10.878
Total		141.909	118.842
Total geral		597.322	531.164

^(a) Créditos em poder do passageiro são compostos pelos bilhetes: Único, Edmonson e Bom. Os créditos adquiridos pelos passageiros não estão sujeitos a um período limite para sua utilização.

16. **Transações com partes relacionadas**
 A Companhia possui política vigente aprovada pelo Conselho de Administração para regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações e contratos envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma, a política de partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Partes relacionadas	Natureza da principal operação	31/12/2020			31/12/2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte ^(a)	172.535	-	172.535	254.497	700	255.197
Comissionados	C/R - Empregados cedidos ^(b)	2.970	-	2.970	6.714	-	6.714
		175.505	-	175.505	261.211	700	261.911
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(c)	(3.874)	(226.662)	(230.536)	(3.874)	(230.537)	(234.411)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(d)	(21.597)	-	(21.597)	(22.790)	-	(22.790)
		(25.471)	(226.662)	(252.133)	(26.664)	(230.537)	(257.201)
Resultado							
CBTU	C/P - Convênios ^(c)	-	-	(3.874)	-	-	(3.874)
Administração	Despesas com folha ^(e)	-	-	4.898	-	-	4.898
Total		-	-	1.024	-	-	1.114

^(a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa nº 5.1.^(b) Conforme demonstrado na nota 5.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP ou a entidades públicas.^(c) Montantes a serem reconhecidos em conta de resultado pelo regime de competência, cuja origem se deve a convênio firmado com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para repasse de R\$ 270 milhões de reais recebidos como subvenção do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, para prosseguimento das obras da Linha 2 - Verde, conforme disposto na Medida Provisória nº 408 de dezembro de 2007.^(d) Montantes a pagar ao Metrus - Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.^(e) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselho e Comitês.

17. Planos de previdência suplementar

17.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltado aos seus empregados e administrado pelo Metrus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados contratados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados contratados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições que são fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que, no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto que no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante das obrigações futuras registradas desses benefícios no Plano I é de R\$ 218.415 e R\$ 90.227, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de contribuição da patrocinadora para o Plano II é de R\$ 7.046, valor referente ao benefício definido.

17.2 Principais premissas atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial

	31/12/2020	31/12/2019
Duração média de pagamentos - Plano I	10,92 anos	22,39 anos
Duração média de pagamentos - Plano II	14,92 anos	25,27 anos
Taxa de desconto - Plano I	3,79% a.a.	7,57% a.a.
Taxa de desconto - Plano II	4,23% a.a.	7,57% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,00% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano I	BR-EMS 2015 por sexo	AT-2000
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano II	BR-EMS 2015 por sexo	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	MI-85 M/F	IBGE 2010

A variação nas premissas taxa de desconto e taxa de crescimento salarial teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2020:

Análise de Sensibilidade Plano I	Variação	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	Real	Taxa de Desconto	Taxa de Desconto
Valor presente das obrigações atuariais	1.816.082	1.920.586	1.719.394
Taxa de crescimento salarial	Real	Cresc. Salarial 0,04%	Cresc. Salarial 1,04%
Valor presente das obrigações atuariais	1.816.082	1.808.938	1.823.683

17.3 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	216.413
Custo do serviço corrente	21.677
Juros sobre obrigação atuarial	18.023
Contribuições da patrocinadora	(12.119)
Contribuições dos participantes	(12.215)
Ganhos atuariais - ORA (2019)	(51.325)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	180.454
Custo do serviço corrente	14.954
Juros sobre obrigação atuarial	13.207
Contribuições da patrocinadora	(7.664)
Perdas atuariais - ORA (2020)	235.879
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	436.830
Valor presente das obrigações atuariais	1.816.082
Valor justo dos ativos do plano	(1.379.252)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	436.830
Passivo/(ativo) atuarial parte Patrocinadora (50%)	218.415
Contribuições dos participantes (*)	16.378
Passivo/(ativo) atuarial (Patrocinadora (50%) e participantes)	234.793

(*) Conforme resolução constante no CPC 33, item 87^(d)

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 125.945. (Em 31 de dezembro de 2019, o montante pago foi de R\$ 127.857).

18. Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado final dos processos judiciais. As provisões estão assim demonstradas:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualizações monetárias	Liquidações/ baixas	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	91.971	143.314	105.710	(42.620)	298.375
Cíveis	739.277	227.557	121.278	(5.350)	1.082.762
Tributários e previdenciários	6.221	7.509	(928)	(4.009)	8.793
Total	837.469	378.380	226.060	(51.979)	1.389.930

18.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figura no polo passivo em 4.142 processos de natureza trabalhista.

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

18.2 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figura no polo passivo em 641 processos de natureza cível.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, às discussões de créditos a receber e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrus assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrus para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL - Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existe, atualmente, uma demanda judicial entre EMTEL e Metrus, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrus também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes. Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, se devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. Em 31 de dezembro de 2020, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 610.556 (R\$ 547.886 em 31 de dezembro de 2019).

Processo Inepar

A Companhia atua como contraparte em processo movido pela empresa Inepar, que alega prejuízos decorrentes de sucessivas prorrogações dos prazos do contrato firmado com o Metrô no ano de 1992, cujo objeto corresponde à prestação de serviços de engenharia, o fornecimento e montagem de equipamentos, materiais e componentes da via permanente, destinados à Extensão Norte da Linha Norte-Sul do Metrô de São Paulo.

A autora alega na ação que, em razão de prorrogações de prazos contratuais, foram gerados custos indiretos adicionais, não cobertos pela remuneração paga ao longo da execução contratual.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R\$ 80.331 (R\$ 76.362 em 31 de dezembro de 2019). Em junho de 2019, o processo da Inepar passou da classificação de risco possível para provável, em decorrência de decisões judiciais que são desfavoráveis à Companhia.

Consórcio Construcap Constran

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Consórcio Construcap Constran, decorrente de contrato firmado entre as partes no ano de 2009, cujo objeto corresponde à execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento, e implantação da superestrutura da via permanente de trecho da Linha 5 - lilás da Companhia do Metropolitanos de São Paulo - Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro gerado pelo aumento do prazo da obra, bem como declaração de nulidade da multa imposta após regular processo administrativo em decorrência de atrasos na execução do objeto contratado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R\$ 82.661.

Boulevard São Bento S.A.

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Boulevard São Bento, decorrente de contrato firmado entre as partes para concessão de uso de espaços na Estação São Bento, da Linha 1 - Azul da Companhia do Metropolitanos de São Paulo - Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro gerado em decorrência do descumprimento contratual.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R\$ 137.931.

18.3 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figura no polo passivo em 970 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

18.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	291.131	253.277
Cíveis ^(a)	3.353.906	2.490.392
Tributários e previdenciários	28.004	58.964
Total	3.673.041	2.802.633

^(a) Os cinco maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construção S.A., Consórcio Linha Amarela e Consórcio Metropolitanos 5. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 1.948.209 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado, o qual foi elevado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2018, para o montante de R\$ 52.674.522 conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social (Em 31 de dezembro 2017 no montante de R\$ 39.845.226).

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

19.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 41.726.180, composto por 7.552.900 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada (Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 40.010.915 e é composto por 7.182.690 ações ordinárias). Em 2020 o GESP realizou a integralização de capital no montante de R\$ 1.715.265, composto por 370.210 ações ordinárias.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	7.348.650	97,30%	6.977.893	97,15%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	2,67%	202.032	2,81%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,02		

—☆— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019	Mensurados a valor justo por meio do resultado	Mensurados a valor justo em de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras						
Despesas com juros	(1.089)	(1.760)				
Despesas com juros atuariais	(10.248)	(19.850)				
Outras despesas financeiras	(286)	(962)				
	(11.623)	(22.572)				
Variações monetárias e cambiais						
Variações monetárias líquidas	5.903	3.873				
Variações cambiais líquidas	299	1.050				
	6.202	4.923				
Resultado financeiro líquido	10.835	47.752				
23. Imposto de renda e contribuição social						
23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos						
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).						
As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.						
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu créditos de impostos diferidos ativos, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios.						
A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:						
	31/12/2020	31/12/2019				
Prejuízos fiscais	5.105.270	4.177.864				
Base negativa da contribuição social	4.777.265	3.864.021				
23.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social						
	31/12/2020	31/12/2019				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.701.340)	(599.416)				
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	578.455	203.801				
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:						
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(1.941)	(2.153)				
Demais adições e exclusões, líquidas	(117.732)	(69.692)				
Parcela não reconhecida sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.	(458.782)	(131.956)				
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do exercício	0,00%	0,00%				
^(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.						
24. Resultado por ação						
24.1 Básico						
O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.						
	31/12/2020	31/12/2019				
Prejuízo atribuível aos acionistas	(1.701.340)	(599.416)				
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	7.553	7.183				
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004				
Quantidade média ponderada de ações em circulação	7.553	7.183				
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	(225,26)	(83,45)				
A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações, que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.						
25. Instrumentos financeiros e fatores de risco						
25.1 Gestão de riscos financeiros						
a) Contexto geral						
A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro no curso normal dos seus negócios. Neste sentido, as atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos de mercado: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.						
O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.						
Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:						
<ul style="list-style-type: none"> Risco de liquidez; Risco de crédito; Risco de taxa de câmbio; Risco de taxa de juros; Risco de preços tarifários. 						
b) Classificação e mensuração						
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado. A classificação depende da análise da carteira de títulos como um todo, levando em consideração as características dos fluxos de caixa contratados e o objetivo do modelo de negócio de gestão dos ativos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.						
A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expirada.						
A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado, compreendendo fornecedores, tributos e outras obrigações a pagar. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento, eles são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.						
A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:						
	31/12/2020	31/12/2019				
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	187.320	674.262				
Títulos e valores mobiliários ^(a)	—	—	8.617	9.017	—	—
Contas a receber	—	—	—	—	217.551	294.805
Outros ativos	—	—	—	—	32.308	10.373
	187.320	674.262	8.617	9.017	249.859	305.178
Passivo						
Fornecedores	—	—	—	—	413.848	529.976
Partes relacionadas	—	—	—	—	252.133	257.201
Outras contas e despesas a pagar	—	—	—	—	3.806	6.160
Total	—	—	—	—	669.787	793.337
^(a) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fechado.						
25.2 Risco de liquidez						
A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.						
Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, por aporte de capital de seus acionistas. Desta forma, a Companhia não possui fluxos de caixa contratados por meio de dívidas de longo prazo a serem liquidados futuramente na data das demonstrações financeiras.						
As ações mantidas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são de nível 1.						
25.3 Risco de crédito						
O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente nas rubricas de caixa, equivalentes de caixa e contas a receber. Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como <i>high grade</i> pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios - SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB- concedida pelas agências Fitch Ratings e Standard & Poor's. BB+ concedida pela Moody's.						
Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.						
A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito. Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.						
25.4 Risco de taxa de câmbio						
A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas ferroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações.						
A Companhia avalia que a participação de fornecedores estrangeiros em suas obrigações contratuais não é material na data das demonstrações financeiras.						
25.5 Risco de taxas de juros						
As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.						
A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.						
25.6 Risco de preços tarifários						
A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP. Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.						
25.7 Instrumentos financeiros derivativos						
A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação na data das demonstrações financeiras.						
25.8 Gestão do capital						
O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.						
A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) Índice de limite máximo de endividamento, expresso pelo limite de representatividade de até 1% do total do passivo oneroso sobre o total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) Índice de cobertura, que representa que todas as entradas de caixa fizeram frente as obrigações da Companhia de forma tempestiva.						
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui passivo oneroso para fins de apuração do índice de endividamento.						
25.9 Garantias						
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui garantias reais vinculadas a operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 3.906 (R\$ 4.433 em 31 de dezembro de 2019).						
26. Cobertura de seguros						
O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.						
	31/12/2020	31/12/2019				
Limite máximo de indenizações						
Ativos materiais	1.024.365	652.640				
Riscos diversos	2.610	2.491				
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000				
Seguro de responsabilidade civil - geral	128.336	43.300				
Seguro garantia compra de energia	104.015	45.000				
Seguro garantia judicial	200.000	100.000				
Total	1.489.326	873.431				

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Osvaldo Garcia

Membros:

Almino Monteiro Álvares Affonso
Gilberto Magalhães OcchiJerônimo Antunes
José Umberto PereiraLuis Felipe Vidal Arellano
Ruy Martins Altenfelder da SilvaSilvani Pereira
Torquato Lorena Jardim

Wilson Pinheiro de Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvani Pereira
Diretor-PresidenteAlfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos CorporativosCláudio Roberto Ferreira
Diretor ComercialPaulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e PlanejamentoMilton Gioia Júnior
Diretor de OperaçõesRenato Palma Ferreira
Diretor de FinançasMônica Gomide Mendes Eher
Gerente de ControladoriaWilson Bandeira de Moura
Contador - CRC 1SP-223.198/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independentes. Não obstante este último conter uma ressalva, face a impossibilidade da Auditoria concluir sobre a necessidade de se constituir -- ou não -- provisão para perdas sobre os ativos imobilizados, o Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ, observada a ressalva apresentada, e reúne condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

Antonio José Imbassahy Da Silva

Felissa Sousa Alarcon

Henrique De Castilho Pinto

Humberto Macedo Puccinelli

Wilson Sergio Pedrosa Júnior

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020") e do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes. Não obstante este último conter uma ressalva, face a impossibilidade da Auditoria concluir sobre a necessidade de se constituir -- ou não -- provisão para perdas sobre os ativos imobilizados, e ênfase sobre o assunto tratado na Nota Explicativa 1 das Demonstrações Financeiras, que versa sobre o acordo de delação premiada de ex-executivo do METRÔ firmado com o Ministério Público Federal, os membros do Comitê, não tendo constatado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Jerônimo Antunes
Coordenador do CAESão Paulo, 19 de março de 2021
Alexandre Akio Motonaga
MembroSilverio Crestana
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia reví, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021

Silvani Pereira
Diretor-PresidenteAlfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos CorporativosCláudio Roberto Ferreira
Diretor ComercialPaulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e PlanejamentoMilton Gioia Júnior
Diretor de OperaçõesRenato Palma Ferreira
Diretor de Finanças

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia reví, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referente as demonstrações financeiras sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021

Silvani Pereira
Diretor-PresidenteAlfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos CorporativosCláudio Roberto Ferreira
Diretor ComercialPaulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e PlanejamentoMilton Gioia Júnior
Diretor de OperaçõesRenato Palma Ferreira
Diretor de Finanças

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Administração da Companhia, visando o atendimento do Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado, registrado em 31 de dezembro de 2020 pelo montante de R\$ 35.286.085 mil (R\$ 34.302.947 mil em 2019), não esteja registrado por valor acima de seu

valor recuperável (*impairment*). Contudo, concluímos que a análise efetuada não atendeu a todos os requisitos definidos na referida norma e, como consequência disso, não foi possível concluirmos sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício anterior conteve ressalva sobre este mesmo assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que apresenta informação sobre delação premiada de ex-executivo da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal. Com base no estágio atual de conhecimento do assunto pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.



→☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível concluir se o Relatório da Administração também poderia estar distorcido de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador - CRC 1 SP 139268/O-6